

**‘AGIR COMO O ESPERADO, PARA CHEGAR ONDE NÃO SE É ESPERADA’: TRABALHO DOMÉSTICO EM CAMPO NA CIDADE DE MARÍLIA (SP)**

**'ACTING AS EXPECTED, TO GET WHERE ONE IS NOT EXPECTED': HOUSEWORK FIELD IN THE CITY OF MARÍLIA (SP)**

*Willians Alexandre Buesso da Silva<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O Trabalho Doméstico recebeu recentemente a regulamentação que estende as garantias trabalhistas para a categoria com a Emenda 72<sup>a</sup>/2013, a conquista marca uma nova fase para a profissão que tardou a ser reconhecida legalmente desde a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943. O seguinte artigo traz resultados de uma pesquisa de campo realizada na cidade de Marília (SP), com empregadas e patroas, sob a perspectiva do olhar histórico e antropológico sobre a profissão e quais suas características no presente, a partir de dados recentes. A profissão, que teve suas origens no período escravista no Brasil é caracterizada por indicadores de classe social, gênero e raça atualmente, fatores que identificam os resultados da pesquisa de campo a ser apresentada.

**Palavras-chave:** Trabalho Doméstico. Marília. Classe Social. Gênero.

**ABSTRACT:** The Housework recently received regulation extending labor guarantees for the category with the 72nd Amendment / 2013, the achievement marks a new phase for the profession soon to be legally recognized since the enactment of the Consolidation of Labor Laws of 1943. The following article presents results from a fieldwork in the city of Marília (SP), with maids and mistresses, from the perspective of historical and anthropological perspective on the profession and what their characteristics in the present, from recent data. The profession, which had its origins in the slave period in Brazil is characterized by social class indicators, gender and race today, factors that identify the field of search results to be displayed.

**Keywords:** Housework. Marília. Social class. Gender.

## **INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”(UNESP), Marília, São Paulo, Brasil. [E-mail:wabsilva@gmail.com](mailto:wabsilva@gmail.com)

Com a última regulamentação do Trabalho Doméstico remunerado no Brasil, sob a Emenda 72<sup>a</sup>/2013, a categoria profissional ganhou mais uma página em seu histórico de conquistas. A contar pela Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943, foram 80 anos de ostracismo da lei que rege as principais determinações do trabalho no Brasil, sendo a profissão de empregados domésticos enquadrada em seu Artigo 7º como “trabalho sem fins lucrativos”. Este e outros motivos permite abrir muitos debates sobre qual seu valor no país e o que está por trás da promulgação tardia da lei.

Nas Ciências Sociais, o tema sobre a profissão possui grande literatura dissertada sobre o assunto, apesar de não se caracterizar como uma discussão clássica dentro das perspectivas da área, o debate já passou por outras discussões fundamentais que representam temáticas importantes para o conjunto de pesquisas sociais no Brasil, como o conceito de classe social, raça e gênero.

Este último conceito, porém, só foi relevante na literatura dissertada a partir de 1978, com a obra *O Emprego Doméstico e Capitalismo*, escrito por Heleieth Saffioti, que marcou a perspectiva de gênero dentro da Sociologia do Trabalho. A crítica das Ciências Sociais sobre esta área de serviço esteve marcada antes por perspectivas estritamente econômicas.

Mesmo atingindo um espectro menos observado, Saffioti (1978) discute gênero e Trabalho Doméstico a partir das relações de produção dentro do capitalismo e o papel da mulher em uma sociedade marcada pelos conflitos de classe em conjunto com a organização patriarcal. O argumento defendido pela autora ressalta o contexto e a visão de cientistas sociais sobre a condição do Trabalho Doméstico entre as décadas de 1970 e 1980, a qual enquadrava a maioria de mulheres atuantes neste trabalho à dois aspectos principais.

Em primeiro, o discurso desenvolvimentista, baseado na ideia de que o crescimento econômico do capitalismo extingiria subempregos sobre economia, e o avanço da tecnologia dos utensílios domésticos, seriam fatores decisivos para considerar o Trabalho Doméstico com os dias contados (COSER, 1973).

Outra interpretação sobre a profissão esteve relacionada à questão da sociedade patriarcal, como fenômeno explicativo em absoluto sobre as rédeas da profissão deixadas à autoridade de patrões (FARIAS, 1983), como consequência, o caráter “vitimizador” desta teoria desconsiderava a experiência de vida de empregadas

domésticas e o cerne da questão, que muitas vezes está atrelado à outros fatores além da sociedade patriarcal, mas do próprio mercado de trabalho feminino.

O paradoxo entre autonomia, ascensão da mulher no mercado de trabalho e adesão de maior número de empregadas para suprir essa mudança reflete também o lugar do discurso do pesquisador com o pesquisado. Exemplo também desta relação está o conceito de grupos populares que aparece em diversos trabalhos etnográficos sobre as chamadas “classes populares” (BILAC, 1978; DUARTE, 1993; ZALUAR, 1985).

O termo abriu espaço para o reconhecimento do cotidiano e conteúdo de vivências que não se limitavam apenas à pesquisa com etnias exóticas a sociedade urbana, coube aproximar o olhar para a realidade de trabalhos que muitas vezes estão próximos, mas invisíveis ao mesmo tempo. Como cita Zaluvar (1985), sobre o campo de sua pesquisa, muitas vezes o objeto de nossa pesquisa está ao nosso redor, na convivência diária entre classes sociais distintas, mas permeadas por diferenças e detalhes microscópicos à nossa imersão na realidade.

A categoria de análise grupos populares trata-se de uma abordagem sobre a questão de classe nos estudos culturais, fruto de um alargamento nas Ciências Humanas (Sociologia, Antropologia, História, em destaque) durante a década de 1980 (AURRELL, 2010, p.175) para além da concepção estrita dos fatores sociais a partir da análise macroeconômica provenientes do marxismo clássico, que cedeu espaço para uma maior necessidade de refletir sobre aspectos micro e residuais do cotidiano, o que nos interessa aqui.

Os caminhos escolhidos para desenvolver essa pesquisa foram pautados nas ferramentas que as Ciências Sociais – em especial a Antropologia – e a História nos ofereceu ao longo da Iniciação Científica e Mestrado, assim como outras experiências de pesquisa de campo.

Para melhor definir o objeto de pesquisa aqui apresentado, pesquisamos sobre a categoria profissional enquanto trabalho assalariado, ou seja, o serviço doméstico que é feito em casa de terceiros em troca de uma renda<sup>2</sup>. Outro caminho que nos fez refletir melhor sobre nosso objeto foi valores inseridos no senso comum.

---

<sup>2</sup> Desta maneira, quando tratamos ao longo do texto sobre Trabalho Doméstico, nos referimos à sua função remunerada, como forma de delimitar melhor o território da pesquisa, já que o tema permite entrar em diversas discussões.

Em meio aos embates sobre a profissão, pudemos analisar o caso exemplar da voz do uso e do costume que associa o Trabalho Doméstico à escravidão. Enquanto objeto de pesquisa da História, é necessário perceber que nem todo trabalho realizado por mulheres esteve relacionado à escravidão, assim como nem todas as mulheres escravas estiveram vinculadas aos afazeres domésticos.

Sendo este um discurso pejorativo ou não, ainda nos deixou margem para levantar a hipótese de quais reminiscências haveria do passado escravista e a História das relações sociais dentro do período que contribuíssem para entender como ocorre o Trabalho Doméstico hoje.

Durante as discussões desta pesquisa em conjunto com a bibliografia consultada perguntamo-nos se a hipótese não traria um tom determinista para a temporalidade dos sujeitos pesquisados. O receio foi de que o intuito de esclarecer sobre o assunto recaísse em uma afirmação do próprio preconceito quando associado diferenças e semelhanças entre passado e presente. A dúvida foi importante para se afirmar que tratar sobre esse assunto sem tomar postura em algumas causas poderia de fato cair em um engessamento do processo histórico quando pautado em um simples jogo de causa e efeito.

Portanto, a pesquisa sobre o Trabalho Doméstico nos exigiu cuidados epistemológicos ao tentar preencher esta lacuna (PASSERINI, 2006, p.213-214) entre o passado e como ele ocorre no presente, assim como a responsabilidade de não induzir a uma lógica histórica aquilo que ainda está em mudanças. No lugar do processo dado optamos por trabalhar com textos que nos trouxesse indícios sobre a historicidade da profissão e qual a relação entre senhores e escravos no período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a fim de perceber como se remodelou o cotidiano do trabalho no pós Abolição (CHALHOUB, 1986; GRAHAM, 1992; LEITE, 1984; MALUF, 1995; VIOTTI, 1998).

Entre os textos da historiografia brasileira selecionados, destacamos o trabalho de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* (1984), cujo tema versa sobre mulheres no espaço urbano em fins do século XIX na cidade de São Paulo, o qual retrata estratégias de sobrevivência, convívio entre empregados e senhores e aspectos da vida familiar. Muito próximo a esta abordagem, Sandra Lauderdale Graham (1992), em *Proteção e Obediência: Criadas e seus Patrões no Rio de Janeiro 1860 – 1910* trabalha com período próximo à obra citada

anteriormente. Contudo, seu campo é voltado para o Rio de Janeiro e seu objeto de pesquisa tem como foco escravas domésticas, as chamadas “criadas”, como ressalta a autora por meio de documentos históricos.

Todos esses levantamentos, apesar de trabalharem com um período distante de nossa pesquisa e marcar um intervalo muito extenso, ajudam a perceber como aspectos são norteadores tratando-se sobre as transformações da sociedade brasileira, em especial sobre a manutenção de domicílios, em que a responsabilidade recai sobre as empregadas.

A definição da metodologia voltada para a Antropologia aplicada em campo deveu se pela escolha do referencial teórico pautado em etnografias sobre o Trabalho Doméstico. Entre elas estão: o trabalho da antropóloga Suely Kofes (2001), *Mulher, Mulheres: a relação entre patroas e empregadas domésticas*. A identidade nas armadilhas da diferença e da desigualdade, realizada em um bairro nobre de Campinas (SP), o qual a autora teve acesso ao cotidiano de algumas casas que trabalhavam empregadas. Em conjunto com a etnografia a autora salienta aspectos em foco sobre a relação entre mulheres: de um lado patroas, de outro, empregadas. A questão de gênero é posta em análise sobre suas desigualdades e diferenças. Mesmo compartilhando do mesmo grupo de gênero, o espaço ocupado na casa por essas mulheres revela contrastes nesta construção de identidade (KOFES, 2001).

O tema sobre Trabalho Doméstico e Escravidão (KOFES, 2001, p.136-137) também é ressaltado nesta obra, a qual a autora cita que, apesar de ser um tempo historicamente superado, a escravidão contribuiu para que determinados valores e organizações, principalmente sobre a presença de uma empregada na organização do ambiente doméstico alheio ao de sua família, se conservassem como características evidentes nas práticas cotidianas, para além da simples compreensão por meio de aspectos legais e contratos trabalhistas.

Outra etnografia norteadora foi revelada com a tese de doutorado *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico* (2000), da antropóloga Jurema Brites, realizada tanto no bairro onde empregadas moravam, quanto na área nobre onde patroas as contratavam, na cidade de Vitória (ES).

Apesar de contemplar também a categoria de gênero, sobretudo associado à perspectiva da autora Joan Scott (1995), a experiência da pesquisadora ganhou um leque de informações importantes quando passou a morar com seu filho em uma das casas de

fundo alugada por uma das empregadas participantes de sua pesquisa. Este é o ganho de trabalhos etnográficos, reconhecer na proximidade detalhes que “desmistificam” alguns estereótipos associados à empregada doméstica, que serão aqui aproveitados enquanto caminho para tratar sobre o tema seguindo debates entre questões culturais, gênero e história.

### **Trabalho Doméstico em campo**

A escolha dos bairros teve como princípio a coleta de dados em locais de classe econômica distintos na cidade de Marília (SP). Cidade esta localizada no interior do Estado de São Paulo que possui aproximadamente 216.745 habitantes<sup>3</sup>, fundada em 1929, data coincidente com a fundação da linha ferroviária da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a qual marcou o crescimento urbano da região no último ciclo do café nas décadas de 1920 e 1930 (MOURÃO, 1994).

Os bairros selecionados na cidade foram de acordo com os serviços, lojas e acessos oferecidos ao seu redor, o que indicaria seu enquadramento em uma ordem socioeconômica.

A pesquisa de campo, antes marcada pela perspectiva de produzir uma etnografia segundo o detalhamento da “antropologia interpretativa” de Clifford Geertz (1978) sobre o Trabalho Doméstico nos bairros citados, passou pela adaptação ao contexto do campo, pois o difícil acesso às casas não possibilitou uma observação participante das práticas e relações pertinentes ao objeto de pesquisa, o que foi compensado por entrevistas pontuadas. Por conseguinte, aplicamos um questionário sobre uma telenovela<sup>4</sup> que foi ao ar durante o momento da pesquisa, como pretexto e porta de entrada para estabelecer contatos.

O primeiro bairro trabalhado, São Miguel, localiza-se no centro da cidade de Marília (SP), não possui condomínios fechados, casas de alto padrão de sofisticação. Entretanto também não se localiza em uma região periférica da cidade, portanto, não está nem entre a alta e nem a baixa classe de poder aquisitivo. Nesta região foram visitadas aproximadamente 33 casas, 3 entrevistas realizadas, sendo grande o número de

---

<sup>3</sup> Segundo dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE (2016).

<sup>4</sup> A telenovela “Cheias de Charme”, veiculada em 2012 pela emissora Rede Globo, tinha como enredo principal a vida de Empregadas Domésticas que lidavam com o trabalho e a ambição de mudança de vida pela fama.

mulheres que se autodenominavam “donas de casa” e em outros casos, enquanto “aposentados(as)”. A presença de empregadas nas casas do bairro foi de baixo número, porém, expressivo foi o número de diaristas que trabalhavam de 2 a 3 vezes por semana em alguns domicílios, assim como a residência de algumas empregadas que moravam na região e trabalhavam em casas próximas ao bairro.

O segundo bairro pesquisado, Jardim Maria Izabel, bairro nobre da região leste da cidade, possui ao seu redor Shopping, supermercados, lojas e restaurantes de redes famosas, assim como uma pista de caminhada e academia ao ar livre. A região possui condomínios de acesso restrito

apenas a pessoas autorizadas e contempla as classes de médio e alto poder aquisitivo. Pela grande quantidade de empregadas atuando na região, visitamos aproximadamente 60 casas, onde conseguimos 5 entrevistas.

O terceiro e último bairro, Jardim Maria Angélica, localizado próximo ao Núcleo Habitacional Nova Marília na zona sul da cidade, foi o bairro mais distante do centro abordado. Durante a pesquisa, o ônibus levava em média - do centro às suas proximidades - 40 minutos. No lugar de empregadas trabalhando, encontramos maior número de casas em que empregadas residiam. Ao todo foram visitadas 34 casas na região, com um total de 5 entrevistas.

O relato da entrevista seguinte representa um paralelo entre a hipótese da pesquisa e a realidade em campo. Em certa medida ela representa ser um ícone do presente. A entrevistada trabalhava em 2012 no segundo bairro apresentado – Jardim Maria Izabel – e seus dados pessoais foram trocados a fim de manter sua integridade e a de seus patrões. Aqui a entrevista aparece como relato, pois como caminho metodológico, optamos por não trabalhar com gravador a fim de não intimidar as pontuadas chances que tivemos de conversar com algumas casas, portanto, os trechos apresentados em *itálico* representam algumas falas da entrevistada, e não a transcrição literal da entrevista toda.

### **Relato da entrevista**

Esta entrevista foi totalmente espontânea, marcada e realizada no dia 11 de setembro de 2012. A casa da patroa de Maristela estava em reforma, os móveis estavam

a maioria fora do lugar e bastante empoeirados. Maristela estava na casa como responsável tanto pelo serviço doméstico quanto pela vistoria da obra enquanto a patroa não estava presente. Aos poucos fomos encontrando lugares para conversar.

A princípio, a entrevistada não havia percebido a intenção direta da pesquisa, mas conforme fomos abrindo espaço para falar sobre si, ela passou a contar mais sobre sua vida como empregada doméstica.

Maristela nos contou que trabalha desde os doze anos de idade, e só nesta casa está trabalhando há treze anos como empregada. Antes já havia trabalhado em outras casas de família, inclusive na casa dos pais da atual patroa, a qual prefere tratar Maristela pelo nome, ao invés de ‘empregada’.

Antes de trabalhar como empregada doméstica, Maristela comentou ter passado pela experiência de trabalhar no setor de produção da indústria de alimentos Xereta, quando tinha entre dezessete/dezoito anos. Contando com Maristela, já era a terceira empregada entrevistada que havia transitado da fábrica para o serviço doméstico devido a falência da empresa em que trabalhava. A distinção que ela faz do antigo trabalho para o atual é que antes havia a necessidade de se ater às preocupações administrativas, *“organizar tudo na cabeça, enquanto o trabalho atual exige muito mais esforço físico”*.

Apesar do esforço, Maristela enfatiza que: *“no trabalho atual não precisa mais sacrificar os finais de semana e viver tanta tensão como vivia antes em um cargo que era responsável por outros trabalhadores”*.

A entrevistada relatou que há pouco tempo pensou em sair do atual serviço por cansaço, sua patroa a fez repensar sobre o caso, mas foi durante a experiência de ter uma pessoa a substituindo que Maristela obteve o retorno de seu serviço, pois viu como era forte o vínculo dos filhos da patroa com ela, são dois meninos que se encontram na idade entre doze e catorze anos de idade. A relação é tão próxima com os filhos da patroa que ora lhe chamam de ‘tia’, ora de ‘avó’. A intimidade também não cabe a palavra ‘patroa’ nesta relação, pois Cacilda prefere não ser chamada como tal como forma de amenizar alguma relação de poder entre ambas as partes.

Não sabemos se, pelo fato das duas mulheres nesta relação de trabalho e amizade, se encontrarem separadas do marido e com filhos para criar, configure alguma identidade. Quando apontamos sobre este caminho Maristela nos contrariou dizendo que: *“a relação com os pais de Cacilda também era harmônica”*. Ou seja, que esta



postura de ter amizade com empregados já vem de família, saber respeitar a pessoa que trabalha em casa apareceu como uma das qualidades desta família.

Maristela apontou alguns detalhes que demonstraram a intimidade que adentrou logo que foi trabalhar nesta casa. Em uma viagem a trabalho de Cacilda, logo deixou Maristela com o dinheiro e as contas para serem pagas. O que havíamos encontrado como voto de confiança simbolizado pela chave do domicílio entregue à empregada, foi além nesta casa.

A convivência diária também tem seus momentos de compartilhar certos prazeres, como o espaço que Cacilda concede à Maristela para participar na vida privada da família. Em determinado momento Maristela comentou que Cacilda sempre insinua que haja a necessidade de Maristela arranjar alguém:

- *Você tem que namorar!*
- *Você também!* – responde Maristela, demonstrando o humor complacente

que há entre empregada e patroa.

Quando há a oportunidade de ir lanchar no shopping junto aos filhos e a patroa, Maristela prefere que comprem e compartilhem com ela em casa. Em determinados momentos Maristela observa os limites da liberdade dada nessa relação, e afirma que, apesar de tudo, sabe seu lugar, mas reconhece que sua companhia é importante nesta casa.

Contando sobre a experiência de ter trabalhado como babá quando começou no serviço doméstico, Maristela relatou que participava das festinhas dos filhos da sua antiga patroa, em uma determinada ocasião chegou a “*dançar Menudo para os convidados*” como demonstração de sua entrega ao trabalho. Da mesma maneira, hoje deixa que sua patroa a maquie, cuide de sua vaidade, dê sugestões sobre seus relacionamentos e experimente a vida de uma classe distinta a sua.

Maristela comentou que seu trabalho não reduz sua pessoa, a empatia que ela tem com as pessoas das casas em que trabalhou lhe ajudou a se manter sem ter que criar inimizades. Além do serviço doméstico Maristela costuma ajudar a organizar festas beneficentes na igreja que frequenta no distrito de Lácio, ser prestativa não está relacionado apenas ao trabalho que exerce, como também à sua vida pessoal.

Quando perguntamos sobre sua formação, Maristela comentou ter o ensino básico completo, assim como outros cursos de formação profissional, mas que nenhum

teria sido feito com o intuito de sair do trabalho doméstico.

Talvez o ponto mais importante e conseqüentemente o fim da entrevista tenha ficado quando Maristela nos contou que durante a gestação e primeiro ano de vida do seu último filho, quem ofereceu assistência médica foi Cacilda, pois justamente é formada e trabalha como pediatra. Desde fralda à remédios foram fornecidos pela patroa.

Despedimo-nos de Maristela e agradecemos a boa vontade e abertura para conversar.

### **Trabalho Doméstico ontem e hoje**

Muitas das referências que possuíamos para esta pesquisa sobre o Trabalho Doméstico se modificaram em campo, principalmente com o relato de Maristela.

Hoje o Trabalho Doméstico não se apresenta mais como em suas origens no Brasil. Alguns afazeres como: carregar água e lavar roupa em chafarizes devido à falta de saneamento básico nas metrópoles no século XIX; fazer compras diárias pela ausência de refrigeradores para o estoque de víveres; “e esvaziar e limpar urinóis” a fim de manter a higiene constante das casas (GRAHAM, 1992, p.55) não ocorrem ou não se aplicam mais da mesma maneira.

Porém, a conclusão do sistema de esgoto no início do século XX em cidades como Rio de Janeiro (GRAHAM, 1992, p.69) não poupou a presença de “criada” nas casas. A necessidade dessas trabalhadoras, assim como a sua adequação no período republicano foi reservado de acordo com as novas configurações urbanas e domiciliares, assim como o vínculo com os novos patrões.

Apesar da submissão aos superiores, os escravos domésticos tinham maiores expectativas de liberdade comparada a escravos que trabalhavam no perímetro urbano ou na lavoura, o motivo estaria na intimidade constante sobre o contato com senhores e no grau de retribuição dada por estes conforme a dedicação aos donos da casa (GRAHAM, 1992, p.61). Por este motivo também, a possibilidade de pertencer a uma casa e ter responsabilidades fora dela proporcionava maior visibilidade aos escravos domésticos sobre o espaço público, entre as atividades diárias, estava a fazer compras, contratar mão de obra especializada para serviços gerais, entre outros.

O trabalho das quitandeiras, ou escravas de “ganho”, é mister neste exemplo. A venda de alimentos produzidos na casa para o público oferecia contato com o universo fora da privacidade do lar ao tempo que possibilitava rendimentos. Com a pouca renda guardada a duras penas, muitas escravas conseguiam investir em sua liberdade, fato este que fez com que a alforria se tornasse um fenômeno majoritariamente feminino em fins do século XIX (DIAS, 1984, p.115).

A situação pode ser considerada como uma, entre outras, alternativas e subterfúgios para a conquista da liberdade. O tráfico de escravos legal ou ilegal submeteu africanos ao regime de trabalho forçado no Brasil, situação que sempre houve a necessidade do aprendizado de novos ofícios e a “improvisação de todos os laços sociais primários e de comunidade” (DIAS, 1984, p.117). Fato este que caracterizou certos tipos de trabalhos no Brasil, entre eles o doméstico.

Além dos aspectos específicos sobre a rotina do Trabalho Doméstico, o maior legado da escravidão parece constar nos dados contemporâneos sobre a população ocupada nesta área de serviço. A profissão apresenta o maior índice de mulheres negras entre as atividades econômicas

pesquisadas pelo DIEESE<sup>5</sup> (DIEESE, 2012, p.148) e possui os menores salários comparados a outras profissões em que há maioria de mulheres atuantes, como o setor de serviços e comércio.

Felizmente o número de mulheres jovens, entre 18 e 24 anos, diminuiu na categoria, evidenciando mudanças na alternativa para a inserção no mercado de trabalho, mas em contrapartida, há uma tendência para a faixa etária de mulheres ocupadas na área de envelhecimento (DIEESE, 2012, p.151)

A tendência ao aumento do número de diaristas em detrimento de empregadas mensalistas com ou sem carteira assinada também se tornou mais expressivo. O índice de diaristas subiu em, pelo menos, 10% em regiões metropolitanas como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador (DIEESE, 2012, p.156)

No geral a profissão atualmente se caracteriza pelo baixo rendimento, jornadas extensas, pouca proteção social devido a privacidade em que é exercido sua função, e alto grau de informalidade na contratação.

---

<sup>5</sup> DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Pesquisa realizada sobre o recorte dos anos 1999-2009.

Para complementar o quadro em que se insere a profissão, o mercado de trabalho feminino no Brasil sempre passou por dificuldades devido às questões de desigualdades de gênero que limitavam seu reconhecimento e seguridade social. Normalmente o crescimento econômico é um dos impulsores para proteger trabalhos preenchidos em sua maioria por mão de obra feminina com o interesse do Estado e do patronato em incorporar a força ao mercado de trabalho (MATOS & BORELLI, 2012, p.142). Quando não, a medida também pode ser tornar um entrave à contratação legal por ampliar a responsabilidade empregatícia.

### Diferentes contextos sobre o Trabalho Doméstico

Pelos dados apresentados e a historicidade marcada quanto às origens do Trabalho Doméstico, foi difícil encarar o caso de Maristela como único. Nos outros bairros pesquisados pudemos reconhecer que a questão da exploração, muitas vezes pautada nas diferentes posições sociais entre patroas<sup>6</sup> e empregadas, também podem servir para definir essas relações a partir de desrespeitos. Como o caso de Regina e Márcia, duas empregadas vizinhas no bairro “São Miguel” na época da pesquisa, com pontos de vistas diferentes, em que Regina comentou ter sofrido problemas de discriminação sobre seu trabalho, mas afirmava “*eu não ligo pra isso, não sei porquê!*”, e quando perguntamos sobre o mesmo tema à Márcia, esta respondeu com prontidão “*Eu ligo!*”, e afirmava deixar as relações sempre “*em pratos limpos*”.

Em muitos casos, a intimidade com que estão inseridas as relações desse trabalho tende a manter uma *horizontalidade* entre patrões e empregados (KOFES, 2001, p.178) para dar conta dessas diferenças e conflitos inerentes a este trabalho que, normalmente coloca em convívio duas mulheres de classes distintas dentro da privacidade doméstica. Mas, sendo em alguns casos a *horizontalidade* ideológica ou não, foi difícil encarar o caso de Maristela como uma submissão completa ao trabalho, quando comparado em outros casos em que houve um distanciamento proposital entre patrões e empregada no trato diário dos afazeres domésticos.

Quando em determinados momentos, como pequenos gestos, postura e respostas

---

<sup>6</sup> Em sua maioria, o contexto das entrevistas direcionou sempre o discurso entre empregados e empregadores protagonizado por mulheres, patroas e empregadas.

objetivas, a protagonista da entrevista demonstra como uma ‘tática’ lhe exime de funções que passam longe dos afazeres domésticos. Esta ‘tática’, se caracteriza por ser um “cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível” (DE CERTEAU, 2007, p.46). Ela não se configura pelo objetivo de romper definitivamente com algo ou manifestar-se contra a ordem, mas estabelecer possibilidades de driblar os empecilhos, de agir conforme o possível para conseguir o respeito, a autonomia e dignidade no trabalho.

Em artigo sobre os índices sociais que se cruzam em uma intersecção no trabalho de mulheres, a autora Maria Aparecida Silva Bento (2000) retrata comportamentos em situação de discriminação no ambiente de serviço que correspondem aos efeitos de desigualdades sociais, raciais e de gênero:

Dentre outras modalidades de reação, pode-se encontrar negras que procuram desconstruir o estereótipo da inferioridade buscando alcançar a excelência: ser a melhor, a mais competente, a mais honesta no trabalho. Note-se que ser a melhor não significa apenas agir segundo as expectativas (a negra cooptada), mas também agir como o esperado, para chegar onde não se é esperada. (BENTO, 2000, p.302)

O número de empregadas negras entrevistadas foi expressivo, mas a questão principal sobre a discriminação talvez seja sobre a necessidade de não se submeter a certos tipos de relações de poder dentro do Trabalho Doméstico (BENTO, 2000, p.297), mesmo quando a discriminação não recai apenas sobre negros, mas condiz com as reações levantadas pelos relatos apresentados. O excerto mostra como agir segundo as expectativas corresponde à ambição de inverter a lógica da discriminação ao propor o contrário, “agir como o esperado, para chegar onde não se é esperada”, o que dá título a este artigo.

A situação também representa ser um indício sobre os dados históricos sobre o presente, quando o comportamento de escapar de determinadas situações não aparece por acaso, e sim como sintoma de dificuldades entre haver limites claros nesta relação íntima do Trabalho Doméstico. Por este motivo, não é difícil afirmar que no cotidiano do Trabalho Doméstico, há um peso histórico na vivência e construção das relações cotidianas sobre o presente, como cita Roger Chartier (2006):

Longe de opor-se totalmente aos princípios fundadores das ciências sociais, a história do tempo presente, em seus momentos culminantes, propicia uma reflexão essencial sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos que têm uma mesma formação ou configuração

social. (CHARTIER, 2006, p.217)

Por estes motivos, a forma como Maristela nos apresentou seu cotidiano dentro do Trabalho Doméstico nos fez refletir que, a escravidão possui seu sentido maior para falar sobre este trabalho quando nos oferece indicadores sobre suas práticas no passado, seus desdobramentos ao longo da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e principalmente, como pano de fundo sobre as construções e índices resultantes no presente, mas não como uma sobreposição de um momento histórico sobre outro, como normalmente se associa Trabalho Doméstico e Escravidão. Todavia, a associação não deixa de ter seu radical crítico sobre os dias de hoje.

### **Considerações finais**

A Emenda 72ª/2013 ocorrida na Constituição brasileira - também conhecida à época de sua promulgação como “PEC das Domésticas” - foi uma grande conquista para a categoria, a sua adesão na prática irá levar tempo para mudar o quadro sobre a profissão, mas estão assegurados em lei os benefícios das trabalhadoras, e possível de ser acionado juridicamente. O que a lei talvez não possa interferir é sobre os vínculos de intimidade no lar (CUNHA, 2007, p. 383), as retribuições que não podem ser medidas financeiramente e qual o grau de dedicação necessário a uma família para ser reconhecido enquanto trabalho.

Sua promulgação pretende por fim à informalidade, mas não quebra com os novos rearranjos da precariedade do trabalho das diaristas, assim como não exclui a centralidade da figura da empregada doméstica como responsável pela manutenção de alguns lares brasileiros, costume esse de ter empregados, herdado pela colonização portuguesa quando escravizavam negros da Guiné, e posteriormente mouros, para os trabalhos domésticos na península ibérica antes da colonização do Brasil (FREYRE, 2006, p.319).

Apesar de presa aos gostos da casa (KOFES, 2001, p.172), há situações vantajosas no Trabalho Doméstico, como foi apresentado pela entrevistada. O vínculo empregatício ficou em segundo plano quando houve a necessidade de solidariedade de gênero na mesma condição de mulheres, mães e separadas do marido. Nem todas empregadas conquistam esse espaço, pois os dados e a historicidade da profissão muitas vezes deixam

os limites menores dentro de uma casa para quem precisa ‘jogar’, como cita De Certeau (2007), sobre o comportamento além de consumidores de classes dominadas previsto pelos dominadores:

O ‘próprio’ é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não- lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas (DE CERTEAU, 2007:47)

Nem tão pouco, podemos afirmar que esse ‘jogo’ seja uma resposta fácil à realidade. Se a escravidão deixou suas marcas no Trabalho Doméstico, hoje a noção de liberdade é outra, empregadas procuram driblar os índices para mesmo assim exercer a profissão com a mesma dignidade que outras. A diferença talvez esteja na necessidade que se atribui hoje às empregadas, além de status econômicos, ter empregados em casa ainda representa – assim como muitos outros servis na história da humanidade (ARENDDT, 2010, p.107) – a comodidade de seus patrões se ausentarem de serviços corriqueiros da manutenção do lar para que estejam livres e desimpedidos de vivenciar a era moderna do tempo do trabalho, a intimidade familiar e o lazer, no lugar do engenho, da lavoura e o papel de autoridade de senhores de escravos.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2010.

AURRELL, J. O Giro cultural. In: *A Escrita da História - Dos positivismos aos pós-modernismos*. São Paulo: Sita-Brasil, 2010.

BILAC, Elisabeth Dória. *Famílias Trabalhadoras - estratégias de sobrevivência*. São Paulo, 1978.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Raça e gênero no mercado de trabalho. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (org.) *Trabalho e Gênero - Mudanças, Permanências e Desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia - bastidores do emprego doméstico*. Tese de Doutorado, Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar & Botequim - o cotidiano de trabalhadores no*

Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo, Brasiliense, 1986.

CUNHA, Olívia Maria Gomes, Criadas para servir - domesticidade, intimidade e retribuição. In: e GOMES, F. S (Orgs.) Quase-Cidadão - Histórias e Antropologias da pós- emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 377-418.

COSER, Lewis. Servents - the obsolescence of an occupation role. Social Forces, v. 52, n. 1, p. 31-40, 1973.

DAMATTA, Roberto. A Casa e a Rua - espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DIEESE. O Emprego Doméstico nos anos 2000. In: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômica. A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. São Paulo: DIEESE, 2012.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. - 51ª Ed - São Paulo: Editora Global, 2006. GEERTZ, Clifford. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Proteção e Obediência - Criadas e seus Patrões no Rio de Janeiro 1860 – 1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KOFES, Suely. Mulher, Mulheres - a relação entre patroas e empregadas domésticas. A identidade nas armadilhas da diferença e da desigualdade. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

MALUF, Marina. Ruídos da Memória. São Paulo: Siciliano, 1995.

MATOS, Maria Izilda & BORELLI, Andréa. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky & PEDRO, Joana Maria (orgs.) Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. A Indústria no Oeste Paulista em face dos processos de reestruturação industrial - o caso de Marília. 1994. Tese de Mestrado, Geografia, Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, 1994.

PASSERINI, Luisa. A “lacuna” do presente. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.) Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. O Emprego Doméstico e Capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1978.



SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, Faculdade de Educação/UFRGs, v.20, n.2, p.71-100, jul./dez. 1995.

VIOTTI, Emília da Costa. Da Monarquia à República. Fundação Editora Unesp, São Paulo: 1998.

ZALUAR, Alba. A Máquina e a Revolta. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

## **SITES**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE <<http://www.ibge.gov.br/>>  
Acesso em: 12/09/2016.

Site do Planalto  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm)>  
Acesso em: 12/09/2016.